

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABaixo.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2410101941M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

4º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Superior Tribunal de Justiça
STJ

CARGO:

Cargo 1: Analista Judiciário

ESPECIALIDADE:

Área administrativa

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

10/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

10/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – 4º SIMULADO – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa

Andréa Cerqueira

Texto I

1 A Justiça brasileira foi criada em 1530, quando Martim Afonso de Sousa foi investido, pelo Rei de Portugal, de poderes de jurisdição administrativa e judiciária. Portanto, foi quem primeiro, em terras do Brasil, resolveu conflitos entre as pessoas. O mesmo

5 ocorreu com os donatários das capitanias hereditárias. Em 1534, a aplicação da Justiça no Brasil, de fazer valer o direito de cada um, veio com a instalação das Capitanias Hereditárias, primeira divisão administrativa do Brasil, para que os costumes vigentes em Portugal fossem aplicados pelos donatários. Assim, eles tinham assegurado nos documentos forais e nas cartas de doação o direito de criar

10 cargos de governo e de Justiça.

A instalação de um Governo-Geral no Brasil, em 1549, com Tomé de Sousa, foi o marco inicial da estruturação do Judiciário brasileiro. Ele trouxe consigo o Desembargador da Casa da Suplicação, Pero Borges, para desempenhar a função de Ouvidor-Geral, encarregando-se da administração da Justiça.

15

A administração da Justiça passou a ser feita através do Ouvidor-Geral, na Bahia, ao qual se recorria das decisões dos ouvidores das comarcas nas capitanias. As figuras dos corregedores, juízes ordinários e juízes de fora começaram a aparecer no Brasil na medida em que a colonização foi se ampliando. Vigoravam, então, as Ordenações Manuelinas, substituídas pelas Ordenações Filipinas, que, no Brasil, vigoraram até a edição do Código Criminal de 1830 no campo criminal e, no cível, até a promulgação do Código Civil de 1916.

20

25

Antes da República, o Poder Judicial compunha-se de juízes de Direito e jurados, em 1ª instância; dos Tribunais da Relação, em 2ª instância; e do Supremo Tribunal de Justiça, na cúpula. Na época da colonização do Brasil, Martin Afonso de Sousa, além de outras

30 tarefas, foi incumbido de implantar a Justiça, podendo, inclusive, criar cargos como o de tabelião e o de oficial de justiça. Apenas em 1587 advém a mais alta esfera judicial, o Tribunal da Relação, sediado na Bahia, todavia tal órgão não chegou a funcionar.

Em 7 de março de 1609, foi instituído o primeiro Tribunal da Relação do Brasil, com dez desembargadores, o qual foi extinto em 5 de abril de 1626 e recriado em 12 de setembro de 1652, dessa feita com 8 desembargadores.

35

In: <https://espacomemoria.jfpe.jus.br/historico-da-justica/brasil>. Acesso em 28 set. 2024.

Com base no texto, na sua compreensão e na sua estrutura morfossintática, julgue os itens como certos ou errados.

- 1 O texto destaca que o primeiro marco na estruturação do Judiciário brasileiro foi a criação das capitanias hereditárias, que estabeleceram a divisão administrativa e a aplicação de Justiça no Brasil.
- 2 A Justiça brasileira começou a se organizar de maneira mais formal a partir da chegada do ouvidor-geral, Pero Borges, em 1549, com o governo-geral de Tomé de Sousa.
- 3 Segundo o texto, as Ordenações Manuelinas foram substituídas pelas Ordenações Filipinas, que vigoraram no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1830.
- 4 No trecho “Ele trouxe consigo o Desembargador da Casa da Suplicação, Pero Borges, para desempenhar a função de Ouvidor-Geral”, o emprego do verbo “trouxe” está no tempo adequado, visto que se refere a uma ação passada e concluída.
- 5 O verbo “vigoravam”, no trecho “Vigoravam, então, as Ordenações Manuelinas, substituídas pelas Ordenações Filipinas”, indica uma ação de curta duração e imediatamente interrompida no contexto histórico apresentado.
- 6 No trecho “Antes da República, o Poder Judicial compunha-se de juízes de Direito e jurados, em 1ª instância”, a vírgula após “jurados” está incorreta, pois separa o sujeito do predicado.
- 7 O termo “forais”, no trecho “assegurado nos documentos forais e nas cartas de doação”, refere-se a documentos que tratavam de questões jurídicas e administrativas relativas à governança das capitanias.

Texto II

TV e Rádio Justiça exibem série sobre como funciona o Judiciário de países que fazem parte do G-20

Série Cortes Supremas contextualiza a história e o papel desses tribunais em outros países e explica o impacto de suas decisões na sociedade dessas nações.

1 A TV Justiça e a Rádio Justiça estrearam no mês de julho a série de reportagens “Cortes Supremas”, que mostra como funciona o Judiciário em seis países (Reino Unido, Austrália, Canadá, França, México e Índia) que fazem parte do G-20, grupo de cooperação internacional formado pelas maiores economias do mundo.

5 As matérias contextualizam a história e o papel da cúpula do Poder Judiciário de cada um dos países, destacam aspectos peculiares do sistema de Justiça e explicam o impacto das decisões na sociedade dessas nações.

10 As reportagens mostram também pontos semelhantes e diferentes em relação ao Judiciário brasileiro a partir de entrevistas de estudiosos do direito internacional e de representantes dos países que participaram do J-20, encontro de presidentes de supremas cortes e cortes constitucionais do G-20, que aconteceu em maio, no Rio de Janeiro.

15 Os episódios são exibidos todas as quartas-feiras na TV, no Jornal da Justiça, que vai ao ar às 18h, e também no jornal da Rádio Justiça, às quintas-feiras, ao meio-dia.

20 Também é possível assistir aos episódios que já foram ao ar na TV Justiça.

In: <https://noticias.stf.jus.br/posts/noticias/tv-e-radio-justica-exibem-serie-sobre-como-funciona-o-judiciario-de-paises-que-fazem-parte-do-g-20/>. Acesso 28 set. 2024.

Após a leitura do texto, julgue os itens como certos ou errados.

- 8 A série “Cortes Supremas” trata do funcionamento do Judiciário em todos os países que fazem parte do G-20.
- 9 A série de reportagens “Cortes Supremas” destaca tanto as semelhanças quanto as diferenças entre os sistemas de Justiça dos países abordados e o Judiciário brasileiro.
- 10 A frase “Os episódios são exibidos todas as quartas-feiras na TV, no Jornal da Justiça, que vai ao ar às 18h, e também no jornal da Rádio Justiça, às quintas-feiras, ao meio-dia” pode ser reescrita de forma mais clara e concisa da seguinte maneira: “Os episódios são exibidos às quartas-feiras, às 18h, na TV Justiça, e às quintas-feiras, ao meio-dia, na Rádio Justiça”.
- 11 No trecho “também é possível assistir aos episódios que já foram ao ar”, o uso da preposição “aos” está correto, pois o verbo “assistir”, no sentido de ver, exige a preposição “a”.
- 12 A frase “A TV Justiça e a Rádio Justiça exibem reportagens sobre como funciona o Judiciário de seis países, contextualizando a história e destacando peculiaridades do sistema judicial de cada um” poderia ser reescrita sem prejuízo de sentido como: “Reportagens sobre o funcionamento do Judiciário de seis países são exibidas pela TV Justiça e Rádio Justiça, contextualizando a história e destacando peculiaridades do sistema judicial”.

Texto III

O ataque ao STJ é mais um grito de socorro da segurança cibernética no Brasil

Na era das instituições e serviços públicos digitais, o ataque à base de dados de processos do Superior Tribunal de Justiça é só mais um doloroso lembrete de que devemos tratar a segurança da informação com a mesma prioridade que tratamos a segurança em sentido amplo. Os custos de prevenção, por maiores que possam parecer, são ínfimos frente aos danos que podem decorrer da paralisação desses sistemas

1 A digitalização de serviços e órgãos públicos é uma tendência global que foi impulsionada em 2020, dada a necessidade de acesso remoto durante a pandemia. Só neste ano, no Brasil, mais de 250 serviços públicos foram transformados em digitais, visando a redução dos impactos negativos do distanciamento social. A importância desse fenômeno não pode ser subestimada. Digitalizar serviços traz eficiência, reduzindo burocracias e ampliando o acesso.

5 No caso do STJ, a digitalização foi muito anterior. O Tribunal liderou o judiciário com o projeto “STJ na Era Virtual”, que, já em 2009, aliou o desenvolvimento de um sistema de tramitação eletrônica de processos a um mutirão de digitalização de processos físicos. O “e-STJ”, resultado do projeto, trouxe tramitação mais rápida entre instâncias e redução de custos de transporte, impressão e armazenamento de papel. Hoje, 10 anos depois, o processo eletrônico e de tramitação totalmente digital é regra nos tribunais de todo o país, consolidando a merecida vitória desse modelo.

10 A era da digitalização, contudo, também é a era dos ciberataques. Sistemas digitais trazem eficiência, mas também trazem mais oportunidades para invasões maliciosas. Quando os sistemas são complexos, contêm dados valiosos e envolvem a participação de muitas pessoas, suas vulnerabilidades se tornam alvo preferencial de agentes mal intencionados com motivação econômica ou até política.

15 Os *ransomware* são, já há um tempo, uma das ameaças mais comuns a sistemas públicos e privados no mundo inteiro. A obtenção desse tipo de malware por criminosos exige apenas que eles saibam onde procurar na Internet. A invasão só precisa encontrar uma vulnerabilidade: um sistema operacional ou aplicativo desatualizado, uma falha na configuração de um servidor ou até o despreparo de um usuário com poder de acesso ao sistema, que pode ter suas credenciais obtidas pelo criminoso, por exemplo, por meio de link em um e-mail fraudulento. A comunicação entre o criminoso e a vítima, assim como o pagamento do resgate, se dão por meios que dificultam o rastreamento e o trabalho da polícia. Juntas, essas características tornam os custos para o invasor baixíssimos se comparados aos potenciais retornos financeiros.

In: <https://portal.fgv.br/artigos/ataque-ao-stj-e-mais-grito-socorro-seguranca-cibernetica-brasil>. Acesso 29 out. 2024 (com adaptações).

Considerando as estruturas morfossintáticas do texto III, julgue os itens que se seguem.

- 13** No trecho “A digitalização de serviços e órgãos públicos é uma tendência global que foi impulsionada em 2020, dada a necessidade de acesso remoto durante a pandemia”, a concordância entre o verbo “foi” e o sujeito semântico “digitalização de serviços e órgãos públicos” está correta, visto que ambos estão no singular.
- 14** No trecho “Os ransomware são, já há um tempo, uma das ameaças mais comuns a sistemas públicos e privados no mundo inteiro”, a vírgula antes de “já há um tempo” está mal-empregada, pois isola inadequadamente uma expressão que deveria ser integrada diretamente à oração.
- 15** O texto utiliza predominantemente a função referencial, pois seu objetivo é informar sobre a importância da segurança cibernética e as consequências de falhas na proteção dos dados públicos.
- 16** No trecho “O e-STJ trouxe tramitação mais rápida entre instâncias e redução de custos de transporte, impressão e armazenamento de papel”, o uso da vírgula antes do último termo “e armazenamento” é obrigatório, pois segue a regra do uso da vírgula em enumerações.
- 17** No trecho “A importância **desse** fenômeno não pode ser subestimada”, o pronome demonstrativo “desse” é um conectivo de coesão anafórico e retoma a ideia de *digitalização de serviços e órgãos públicos*.
- 18** No trecho “à medida que a digitalização avança, mais riscos de ciberataques surgem”, o uso da crase está correto, pois a expressão é uma locução conjuntiva feminina.

Noções de Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens.

- 19** São a todos assegurados, dependendo do pagamento de taxas o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- 20** A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- 21** Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- 22** O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

- 23** Compete privativamente à União legislar sobre direito penal e processual penal (CF, art. 22, inciso I), razão pela qual não pode a Constituição do Estado-membro, ao enumerar as competências do Tribunal de Justiça Local e, mais especificamente, ao regular o foro por prerrogativa de função, dispor diversamente ou desbordar dos limites estabelecidos no modelo federal, contido no próprio Regimento Interno da Suprema Corte, o qual tem status de lei ordinária e, em seu art. 21, inciso XV, confere ao Relator competência para determinar a instauração de inquérito. Ademais, como já decidido pelo STF na ADI n. 5.331, “o Regimento Interno do STF não exige que o prosseguimento da investigação seja autorizado por órgão colegiado, bastando que o relator decida a respeito.
- 24** Mostra-se incompatível com a Constituição da República – e com a regra de competência inscrita em seu art. 105, I, a – o deslocamento, para a esfera de atribuições da assembleia legislativa local, ainda que mediante emenda à Constituição do Estado, do processo e julgamento dos conselheiros do tribunal de contas estadual nas infrações político-administrativas.
- 25** A aposentadoria do magistrado, ainda que voluntária, transfere a competência para processamento e julgamento de eventual ilícito penal para o primeiro grau de jurisdição.
- 26** Incompetência do STJ para processar e julgar ato dos presidentes do Superior Tribunal de Justiça Desportiva e da Confederação Brasileira de Futebol. O rol do art. 105, I, b, da Constituição da República é taxativo e não admite interpretação extensiva.

Legislação – Lei n. 1.618/2012

Fernando Maciel

- 27** O valor recebido a título de benefício especial não está sujeito à incidência de contribuição social.
- 28** Os servidores detentores de cargo comissionado, de livre nomeação e exoneração, poderão aderir ao FUNPRESP-JUD.
- 29** A FUNPRESP-JUD é estruturada na forma de fundação, com personalidade jurídica de direito privado, gozando de autonomia administrativa e financeira, porém não gerencial.

Noções de Direitos Humanos

Thiago Medeiros

De acordo com a Lei n. 8.160/1991, julgue o item a seguir.

- 30** O “Símbolo Internacional de Surdez” pode ser utilizado para finalidades diversas, como em campanhas publicitárias ou para identificar locais que não estejam necessariamente habilitados para o uso de pessoas com deficiência auditiva, desde que o símbolo esteja visível ao público.

De acordo com a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, julgue os itens a seguir.

- 31** De acordo com a legislação, a pessoa com transtorno do espectro autista não é considerada pessoa com deficiência para efeitos legais, exceto em casos específicos nos quais os sintomas interfiram gravemente no desenvolvimento social.
- 32** A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) tem validade de 10 anos e não precisa ser revalidada, pois os dados cadastrais são considerados permanentes.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

- 33** As barreiras urbanísticas referem-se aos obstáculos encontrados nos edifícios públicos e privados, enquanto as barreiras arquitetônicas referem-se às dificuldades presentes nas vias e espaços públicos abertos ao público.
- 34** O profissional de apoio escolar é o indivíduo responsável por auxiliar o estudante com deficiência nas atividades de alimentação, higiene e locomoção, participando de todas as atividades escolares onde sua presença for necessária. Esse profissional atua em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto em instituições públicas quanto privadas, sendo vedada a execução de técnicas ou procedimentos que exijam qualificações de profissões legalmente estabelecidas, como as relacionadas à saúde ou outros serviços especializados.

Julgue o item com base na teoria geral dos direitos humanos.

- 35** De acordo com o fundamento jusnaturalista, os direitos humanos são criados pelo Estado e só passam a existir a partir do momento em que são formalizados por leis, como as constituições nacionais.

Julgue os itens a seguir conforme as disposições do Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos).

- 36** O trabalho forçado é absolutamente proibido, mesmo quando imposto como parte de uma pena privativa de liberdade, independentemente de decisão judicial ou da gravidade do delito cometido.

Normativo Interno do STJ

Mario Elesbão

- 37** De acordo com o RISTJ, há no Tribunal três Seções, integradas pelos componentes das Turmas da respectiva área de especialização. As Seções são presididas pelo Ministro eleito, para um período de dois anos, vedada a reeleição.
- 38** De acordo com o RISTJ, a competência para propor ao Poder Legislativo a alteração do número de membros do Tribunal e dos Tribunais Regionais Federais, a criação e a extinção de cargos, e a fixação de vencimentos de seus membros, dos Juízes dos Tribunais Regionais e dos Juízes Federais, é do Plenário do Tribunal.
- 39** De acordo com o RISTJ, consiste em competência comum do Plenário, Corte Especial, Seções e Turmas, julgar os agravos e os embargos de declaração.
- 40** De acordo com o RISTJ, são exemplos de processos que se sujeitam a revisão: ação rescisória, ação penal originária e revisão criminal.
- 41** “*Amicus curiae* (amigo da corte) é uma expressão latina utilizada para designar o terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador” (Portal do STJ). De acordo com o Regimento Interno do STJ, O relator do recurso especial repetitivo poderá autorizar manifestação do Ministério Público na condição de *amicus curiae*.

Informática

Comum Cargo 19

- 42** No Mozilla Firefox é possível a realização de uma busca diretamente pela sua barra de URL, utilizando o seu motor de busca padrão, BING.
- 43** Uma senha de uso único (OTP) é uma senha exclusiva válida para apenas uma sessão de login ou transação. Ao contrário das senhas tradicionais, que permanecem estáticas até serem alteradas manualmente pelo usuário, as OTPs mudam automaticamente sempre que são usadas.
- 44** Um sistema de antivírus atual poderá ficar até 1 (um) mês sem receber as suas devidas atualizações e, mesmo assim, continuará com a mesma confiabilidade, não gerando vulnerabilidades a um sistema.
- 45** Ao executar um arquivo do tipo PPSX, criado no Power Point 365, ele será aberto no modo de apresentação de slides, e nesse modo, não poderá ser editado.
- 46** Em uma pasta de trabalho do MS-EXCEL 365, com duas planilhas em edição – GRAN e STJ –, é possível a soma dos valores presentes nas células A1 e A2 da planilha GRAN diretamente na planilha STJ por meio da seguinte fórmula: =GRAN!A1+A2 inserida em alguma célula vazia da planilha STJ.

Ética no Serviço Público

Glauber Soares

A respeito de ética, democracia e exercício da cidadania, julgue os itens.

- 47** Diferentemente de política, em ética não se delibera, não se faz escolhas.
- 48** Assim como na vida particular, na vida pública se faz, legitimamente, a diferenciação entre amigos/as e inimigos/as.
- 49** Cidadãos são aqueles que dispõem de direitos e de deveres constituídos pela ordem jurídica de um Estado.
- 50** A concepção de democracia surgiu na Grécia antiga. Naquela ocasião, a participação se efetivava de maneira direta, com participação de todos os cidadãos. Entretanto, há críticas a esse modelo por limitar o exercício da cidadania a quem já detinha poder e recursos financeiros.

Direito Administrativo

Maria Júlia

- 51** Informações que comprometam atividades de inteligência ou fiscalização em andamento podem ser classificadas como reservadas pelo prazo de 15 anos.
- 52** No diálogo competitivo, o prazo mínimo entre o edital de chamamento e a manifestação de interesse dos interessados é de 60 dias úteis.
- 53** Uma pessoa com deficiência pode concorrer em concurso público para qualquer cargo, independentemente de sua compatibilidade com as atribuições do cargo, garantindo assim o cumprimento do princípio da isonomia constitucional.
- 54** Caso o Presidente da República edite um decreto exorbitando os limites estabelecidos por uma lei delegada, o Tribunal de Contas da União é responsável por sustar esse ato.
- 55** Caso hipotético: João, administrado, solicita vista dos autos de um processo administrativo no qual é parte interessada. No entanto, sua solicitação é indeferida sem motivação. Essa decisão está de acordo com os princípios da Lei nº 9.784/99.
- 56** No processo administrativo, o princípio do impulso oficial permite que a Administração impulse o processo de ofício, sem necessidade de provocação das partes, ainda que haja inércia dos interessados.
- 57** No ato administrativo complexo, a vontade de mais de um órgão é necessária para que o ato exista e produza efeitos jurídicos.
- 58** Atos administrativos vinculados podem ser tanto anulados quanto revogados, dependendo da situação.

- 59** Os conselhos de fiscalização, como autarquias especiais, não se submetem ao regime de precatórios para pagamentos decorrentes de decisões judiciais.
- 60** A desestatização de empresas públicas e sociedades de economia mista pode ser realizada sem a necessidade de lei específica, desde que exista uma autorização genérica prevista em legislação.
- 61** No ato discricionário, o agente público sempre possui liberdade total para decidir tanto o motivo quanto o objeto do ato, sem qualquer controle judicial.
- 62** Um ato administrativo que atenda a todos os requisitos formais, mas seja praticado por autoridade incompetente, é um ato inexistente.
- 63** A desapropriação, por ser um ato praticado em posição de superioridade da Administração sobre o particular, é considerada um ato de gestão.
- 64** A contratação de serviços de publicidade e divulgação pode ser feita por inexigibilidade, desde que a empresa seja de notória especialização.
- 65** A aquisição de imóveis cujas características tornem necessária sua escolha específica pode ser realizada por inexigibilidade de licitação.

Administração Geral e Pública

Rafael Barbosa

- 66** A administração patrimonialista, que predominou no Brasil no período imperial e no início da República, caracterizava-se pela confusão entre o público e o privado, onde cargos públicos eram distribuídos como favores e havia pouca preocupação com a eficiência e a transparência. Esse modelo foi combatido pela administração burocrática, que introduziu a impessoalidade, a meritocracia e o controle formal dos processos como formas de assegurar a separação entre os interesses do Estado e os interesses pessoais.
- 67** O modelo racional-legal, preconizado pela burocracia weberiana, é caracterizado pela centralização do poder, rigidez dos controles e foco em processos e regras para evitar desvios e garantir previsibilidade. Em contraste, o paradigma pós-burocrático valoriza a autonomia, a descentralização e a confiança nos agentes públicos para buscar resultados, promovendo um ambiente mais flexível e adaptável às mudanças.
- 68** A gestão pública se diferencia da gestão privada, principalmente, quanto aos seus objetivos e à sua natureza. Enquanto a gestão privada busca maximizar o lucro e a sustentabilidade financeira, a gestão pública tem como foco o atendimento ao interesse coletivo e a geração de valor público.
- 69** A busca pela excelência na gestão dos serviços públicos envolve a adoção de princípios de gestão orientados para resultados, foco no cidadão e melhoria contínua dos processos.

- 70** No contexto do empreendedorismo governamental, as novas lideranças no setor público devem ser caracterizadas por uma visão inovadora, capacidade de tomar decisões rápidas e orientadas a resultados, além de promover um ambiente que valorize a colaboração e a adaptação. O líder público deve incentivar práticas empreendedoras que transformem processos burocráticos em soluções ágeis e voltadas para o atendimento efetivo das necessidades do cidadão.
- 71** Segundo Edgar Schein, a cultura organizacional é composta por três níveis distintos: artefatos, valores compartilhados e pressupostos básicos. Os artefatos envolvem normas e práticas; os valores compartilhados representam as crenças e convicções que guiam o comportamento organizacional; e os pressupostos básicos são convicções inconscientes que moldam a visão de mundo dos membros da organização. Todos os níveis são visíveis e facilmente identificáveis.
- 72** O mapeamento de competências visa apenas identificar as competências existentes e não tem por objetivo eliminar as lacunas de competência entre os colaboradores, pois isso é papel exclusivo dos programas de treinamento e desenvolvimento.
- 73** O recrutamento externo, assim como o interno, é vantajoso por incentivar a ascensão profissional dos colaboradores e promover o desenvolvimento de uma carreira na organização, além de reduzir os custos de treinamento e adaptação, pois os candidatos já estão familiarizados com a cultura organizacional.
- 74** Constitucionalismo é uma das dimensões da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) segundo Walton. Essa dimensão está relacionada à observância dos direitos dos colaboradores dentro da organização, garantindo proteção contra arbitrariedades e promovendo um ambiente de respeito às normas e regulamentações. O constitucionalismo inclui o respeito aos direitos civis e sociais, o que gera um ambiente de trabalho mais seguro e equitativo para todos.
- 75** A espiral do conhecimento, desenvolvida por Nonaka e Takeuchi, descreve como o conhecimento é criado e compartilhado dentro das organizações. A socialização, primeira etapa desse modelo, envolve a transferência de conhecimento tácito (conhecimento subjetivo e pessoal) por meio da interação e compartilhamento de experiências entre os indivíduos. É nesse processo que o conhecimento é adquirido por meio da observação, prática conjunta e convivência, sem a necessidade de registros formais.
- 76** Na gestão tradicional de projetos, há uma grande ênfase no planejamento inicial e na definição exaustiva de todas as etapas antes do início do projeto. Em contraste, na gestão ágil, o foco está na entrega contínua de valor ao cliente e na adaptação rápida às mudanças, utilizando ciclos curtos de desenvolvimento para promover a melhoria contínua e a satisfação do cliente.
- 77** O Guia PMBOK 7ª edição apresenta uma abordagem mais flexível e orientada a princípios em comparação à 6ª edição. Uma das principais inovações é a introdução do conceito de tailoring, que permite aos gestores de projetos adaptar práticas e processos de acordo com o contexto específico do projeto. Isso representa uma mudança significativa em relação ao modelo anterior, que se baseava em um conjunto fixo de processos e boas práticas.
- 78** O processo decisório envolve a escolha entre alternativas para solucionar problemas ou aproveitar oportunidades, sendo constituído por etapas como identificação do problema, definição dos critérios de decisão, desenvolvimento de alternativas, avaliação das alternativas e seleção da melhor alternativa. Esse processo é intuitivo e não considera análises racionais.
- 79** Decisões familiares, também conhecidas como decisões programadas, são aquelas que lidam com situações recorrentes e são tomadas com base em regras ou procedimentos previamente estabelecidos. Já as decisões não familiares, ou não programadas, tratam de situações novas e complexas, que exigem análises aprofundadas e soluções customizadas. A correta aplicação desses tipos de decisão depende do nível de familiaridade da organização com o problema ou a oportunidade.
- 80** A estrutura linear é caracterizada pela existência de uma linha única de comando, na qual a autoridade é concentrada no topo da hierarquia. Nessa estrutura, as decisões são centralizadas e a autoridade máxima é responsável por todos os setores da organização. A unidade de comando e a centralização conferem clareza na definição de responsabilidades e maior controle, mas também podem tornar a organização menos flexível e mais lenta para responder às mudanças do ambiente.

Administração Financeira e Orçamentária

Anderson Ferreira

Quanto aos instrumentos de planejamento e ao orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 81** O projeto de lei orçamentária anual – LOA conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- 82** É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- 83** O plano plurianual – PPA constitui um elo entre a lei de diretrizes orçamentárias – LDO e a lei orçamentária anual – LOA, na medida em que fornece metas e prioridades para a administração pública federal, com vigência de um ano.

Quanto ao processo orçamentário no Brasil, julgue o item que se segue.

- 84** Emendas relacionadas à correção de dispositivos do texto do projeto de lei é uma das hipóteses para a aprovação de emendas ao projeto de orçamento anual.

No que se refere ao ciclo orçamentário, julgue o item a seguir.

- 85** Cabe à Comissão Mista de Orçamento – CMO, na esfera federal, emitir parecer sobre os planos e programas nacionais.

Sobre os créditos orçamentários iniciais e adicionais, julgue os itens que se seguem.

- 86** A abertura de créditos especiais depende da existência da disponibilidade de recursos, que podem ser oriundos de superávit financeiro do exercício anterior.
- 87** Se um ente federativo necessitar reforçar uma dotação orçamentária já prevista, deve ser aberto um crédito especial, mediante projeto de lei a ser encaminhado ao parlamento.

Acerca dos princípios orçamentários, julgue o item a seguir.

- 88** De acordo com o princípio da unidade, as receitas e despesas devem constar de uma única peça orçamentária para o ente federativo, para um determinado período.

Acerca da receita pública, julgue o item a seguir.

- 89** O recolhimento é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, sendo observado o princípio da unidade de tesouraria.

Quanto à despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 90** A classificação institucional, de aplicação obrigatória pelos entes federativos, busca estabelecer em que área da ação governamental a despesa será realizada.

Quanto à despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 91** Entre as ações orçamentárias, os projetos envolvem um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental.

Quanto aos regimes especiais de execução da despesa pública, julgue os itens a seguir.

- 92** No caso das despesas classificadas como restos a pagar processados, na execução orçamentária, está pendente a conclusão do estágio da liquidação.

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n. 101 de 2000), julgue o item a seguir.

- 93** A LRF tem como principal objetivo estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.
- 94** Enquadra-se como despesa com pessoal os contratos de terceirização de mão-de-obra, ainda que não se refiram à substituição de servidores ou empregados públicos.

Quanto à descentralização orçamentária e financeira, julgue o item que se segue.

- 95** As descentralizações de créditos orçamentários é a movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica.

Noções de Estatística

Carla Lima

Em uma cidade com **200.000 habitantes**, a prefeitura decidiu realizar uma pesquisa para entender melhor o perfil socioeconômico da população e direcionar políticas públicas. A cidade está dividida em **quatro bairros principais**: Centro, Norte, Sul e Leste. A distribuição populacional por bairro é a seguinte:

- **Centro**: 40.000 habitantes
- **Norte**: 60.000 habitantes
- **Sul**: 70.000 habitantes
- **Leste**: 30.000 habitantes

A prefeitura deseja coletar informações sobre **educação, acesso a serviços públicos e condições de moradia**. Para isso, decidiu realizar uma pesquisa amostral com **10.000 habitantes**.

Considere a situação apresentada e julgue os itens de 96 a 98.

- 96** Sendo a amostra estratificada de acordo com a distribuição por bairros, utilizando a técnica de amostragem estratificada proporcional, as quantidades de pessoas que serão sorteadas dos bairros Centro, Norte, Sul e Leste, respectivamente, são: 2.000, 3.000, 3.500 e 1.400.

- 97** A média de habitantes por bairro é inferior à amplitude do número de habitantes entre os quatro bairros.

- 98** A variância do número de habitantes por bairro, selecionados para a amostra por meio da amostragem estratificada proporcional, é dada por $\frac{250000}{3}$.

- 99** A curtose é uma medida estatística que avalia o grau de achatamento ou de pico de uma distribuição de dados, em relação a uma distribuição normal. Se a curtose de uma distribuição for maior que 3, a distribuição é dita platicúrtica.

- 100** Se a assimetria de uma distribuição é positiva, significa que a cauda à direita do pico é mais longa que a cauda à esquerda, indicando que a maioria dos dados se concentra nos valores mais baixos da distribuição.

- 101** A variância é uma medida de dispersão que indica o valor médio dos desvios absolutos dos dados em relação à média, sendo sempre expressa na mesma unidade de medida da variável original.

- 102** A mediana é uma medida de tendência central que, em uma distribuição de dados ordenados, divide o conjunto em duas partes iguais, sendo menos sensível a valores extremos (outliers) do que a média.

- 103** Na amostragem aleatória simples, cada elemento da população tem a mesma probabilidade de ser selecionado, e a escolha de um elemento não afeta a probabilidade de escolha dos demais, o que caracteriza uma seleção sem reposição.

- 104** O desvio padrão é uma medida de dispersão que indica o grau de variação dos dados em relação à média, sendo sempre expresso na mesma unidade de medida da variável original.

- 105** O coeficiente de variação é uma medida relativa de dispersão que expressa a variabilidade dos dados em termos percentuais, sendo obtido pela razão entre o desvio padrão e a média, o que permite comparações de variabilidade entre conjuntos de dados com diferentes unidades de medida.
- 106** Na amostragem estratificada uniforme, o tamanho da amostra selecionada de cada estrato é proporcional ao tamanho do estrato na população, o que garante a representatividade adequada de cada subgrupo.
- 107** A amostragem não probabilística é caracterizada pela seleção aleatória de elementos da população, garantindo que todos os elementos tenham a mesma probabilidade de serem escolhidos para a amostra.
- 108** Na amostragem probabilística, todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de serem selecionados, o que garante uma amostra representativa e elimina completamente o risco de vies amostral.

Noções de Sustentabilidade

Otoniel Linhares

Julgue o item a seguir as diretrizes de sustentabilidade condicionantes pela Portaria STJ/GDG n. 4/2024 no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

- 109** A referida portaria contém disposições políticas de gestão de recursos e consumo natural consciente no STJ, mas não inclui em suas diretrizes a previsão de mecanismos de monitoramento e avaliação contínua das ações de sustentabilidade inovadoras pela instituição.

Com base nas políticas de sustentabilidade aplicadas ao Poder Judiciário, julgue o item subsequente.

- 110** A Resolução CNJ n. 400/2021 estabelece metas previstas e quantitativas para a redução do consumo de recursos como água, energia e papel no âmbito do Judiciário, porém limitar-se a esses insumos, sem abarcar outros aspectos de sustentabilidade, como a gestão de resíduos ou o uso de energias renováveis.

Considerando os instrumentos legais de proteção ambiental no Brasil, julgue o seguinte item.

- 111** A Lei n. 6.938/1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, elenca o licenciamento ambiental como um dos seus principais instrumentos, sendo este obrigatório para qualquer atividade que envolva risco potencial ao meio ambiente, independente do porte da atividade ou do grau de impacto ambiental estimado.

Acerca das políticas de enfrentamento às mudanças climáticas no Brasil, julgue o item.

- 112** A Lei n. 12.187/2009, que estabelece a Política Nacional sobre Mudança do Clima, define metas de redução das emissões de gases de efeito estufa e impõe ao setor privado a responsabilidade exclusiva pela elaboração de planos setoriais de mitigação, isentando a União dessa tarefa.

Julgue o item subsequente com base nas disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- 113** A Lei n. 12.305/2010 estabelece uma responsabilidade compartilhada entre poder público, empresas e cidadãos, com o objetivo de promover a logística reversa e a destinação adequada dos resíduos sólidos, sem, contudo, prever incentivos para a reciclagem e o reaproveitamento de materiais no setor empresarial.

Julgue os itens.

- 114** O Relatório Brundtland, de 1987, define o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele capaz de atender às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazendo suas próprias necessidades, enfatizando a importância exclusiva do crescimento econômico.

- 115** A Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) tem como um de seus objetivos promover a eficiência no uso dos recursos naturais no setor público, incentivando a adoção de tecnologias limpas e a gestão adequada dos resíduos gerados, sem a inclusão de políticas externas para a melhoria das condições de trabalho dos servidores.

- 116** A Instrução Normativa n. 5/2017 - SEGES/ME estabelece que, nos processos de contratação de serviços pela Administração Pública, devem ser observados critérios de sustentabilidade, incluindo a exigência de que as empresas fornecedoras possuam certificação ambiental e que utilizam insumos de baixo impacto ambiental.

- 117** Considerando a abrangência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, julgue o seguinte item: Embora a Agenda 2030 inclua metas relacionadas à erradicação da pobreza e à promoção de sociedades inclusivas, ela não aborda questões específicas sobre o combate à desigualdade de gênero ou ao fortalecimento dos direitos das mulheres.

- 118** O Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) orienta que as contratações públicas devem priorizar produtos e serviços que atendam a critérios de sustentabilidade, com foco exclusivo na eficiência energética dos produtos, sem a consideração de outros aspectos como a responsabilidade social dos fornecedores.

Sobre os princípios e instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, julgue o item:

- 119** A Lei n. 6.938/1981 prevê que as ações de preservação ambiental devem ser promovidas pelo poder público, cabendo ao setor privado o papel subsidiário de apoiar essas iniciativas, sem obrigações formais de mitigação dos impactos ambientais gerados por suas atividades.

Com base na legislação que rege a gestão de resíduos sólidos no Brasil, julgue o item:

- 120** A Lei n. 12.305/2010 estabelece metas quantitativas para a reciclagem de resíduos perigosos, como materiais hospitalares e eletrônicos, porém não impõe metas para a reciclagem de resíduos domésticos comuns, como plástico e papel.

Discursiva

Rafael de Oliveira

A presunção de inocência é um dos princípios mais importantes do direito penal brasileiro e está consagrada no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988. De acordo com esse princípio, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Em outras palavras, uma pessoa acusada de cometer um crime é presumida inocente até que se prove o contrário de forma definitiva.

No entanto, quando se trata do Tribunal do Júri, a aplicação desse princípio pode se tornar mais complexa. O Tribunal do Júri é composto por jurados leigos, escolhidos aleatoriamente, que não possuem formação jurídica. Esses jurados são responsáveis por decidir sobre a culpa ou inocência do réu em casos de crimes dolosos contra a vida, como homicídio e tentativa de homicídio.

Fonte: <https://www.migalhas.com.br/depeso/396610/presuncao-de-inocencia-no-tribunal-do-juri-no-brasil>. Acesso em 14 out. 2024.

Tendo como base o texto apresentado, responda aos seguintes itens:

1. Discorra sobre o princípio da presunção de inocência.
2. Segundo o STF, é possível o cumprimento de pena após a condenação em segunda instância, nas condenações que seguem o rito ordinário?
3. Segundo o STF, em 2024, é possível o cumprimento de pena de imediato após a condenação pelo Tribunal do Júri? Justifique.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4º SIMULADO
CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

FOLHA DE RESPOSTAS

Item 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15
Respostas

Item 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
Respostas

Item 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45
Respostas

Item 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60
Respostas

Item 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75
Respostas

Item 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90
Respostas

Item 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105
Respostas

Item 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120
Respostas

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA 9.0



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva